

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO**Aviso (extrato) n.º 6080/2015**

Por despacho do Reitor da Universidade do Minho, de 20 de abril de 2015, foi autorizada a cedência de interesse público da Técnica Superior Celeste Maira Loureiro Pereira, pertencente ao mapa de pessoal dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, para o exercício de cargo de direção intermédia de 1.º grau nos Serviços de Gestão Técnica e Logística da Universidade de Aveiro, por um período de 3 anos, com início a 1 de maio de 2015, nos termos do disposto nos artigos 241.º e 242.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

20 de maio de 2015. — O Administrador para a Ação Social, *Carlos Duarte Oliveira e Silva*.

208669742

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA**Despacho n.º 5996/2015**

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECP-DESP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 69/88, de 3 de março e n.º 207/2009, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, foi aprovado o Regulamento Geral do Sistema de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico de Beja, publicado através do Despacho n.º 3227/2014, constante do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2014, e que, nos termos legais e regulamentares, em sede do direito de participação por parte das associações sindicais, foi proposta alteração ao referido regulamento, No exercício de competência própria, conferida pelas alíneas *d)* e *o)* do n.º 1 do artigo 92.º Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e pelas alíneas *e)* e *o)* do n.º 2 do artigo 40.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Beja, Estatutos do Instituto Politécnico de Beja, homologados por Despacho de S. Ex.ª, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 20 de agosto de 2008, e publicados no Jornal Oficial, o *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, de 2 de setembro de 2008, em tempo e pela forma legal e estatutária devida, aprovo a alteração ao Regulamento Geral do Sistema de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico de Beja, que se republica em anexo.

Artigo 1.º**Republicação**

É republicado no anexo I ao presente despacho, do qual faz parte integrante, o Regulamento Geral do Sistema de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico de Beja, com a atual redação.

Artigo 2.º**Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

ANEXO I

Regulamento Geral do Sistema de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico de Beja**TÍTULO I****Disposições gerais****SECÇÃO ÚNICA****Disposições gerais****Artigo 1.º****Objeto**

O presente regulamento define as linhas gerais a que deve obedecer o processo de avaliação de desempenho da atividade docente e as regras de alteração de posicionamento remuneratório de acordo com os artigos 35.º-A e 35.º-C do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, adiante e abreviadamente designado por

ECPDESP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009 de 31 de agosto e pela Lei n.º 7/2010 de 13 de maio.

Artigo 2.º**Princípios e fins**

1 — A avaliação do desempenho do pessoal docente do IPBeja obedece aos princípios da diferenciação do desempenho, regendo-se ainda por princípios de confiança, justiça, abrangência, consistência, transparência e de isenção.

2 — A avaliação de desempenho tem como objetivo evidenciar o mérito demonstrado, de acordo com o disposto na alínea *j)* do n.º 2 do artigo 35.º-A do ECPDESP, constituindo ainda um instrumento que traduz também objetivos estratégicos institucionais, nomeadamente o incremento das atividades de investigação, de criação cultural ou de desenvolvimento experimental, tendo como fim último contribuir para “a melhoria da qualidade do desempenho dos docentes”, de acordo com a alínea *b)* do n.º 2 do artigo 35.º-A do ECPDESP.

Artigo 3.º**Fontes**

O presente Regulamento obedece, em geral, à Lei, e em especial, às normas legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis aos estabelecimentos de ensino superior politécnico e à avaliação do pessoal docente desses estabelecimentos.

Artigo 4.º**Âmbito**

1 — O presente regulamento aplica-se a todos os docentes vinculados contratualmente ao Instituto Politécnico de Beja, adiante e abreviadamente designado por IPBeja, seja qual for o vínculo e categoria.

2 — O presente regulamento aplica-se a todos os docentes em regime de tempo integral que prestam serviço docente nas unidades orgânicas do IPBeja, seja qual for a sua categoria e que contem pelo menos seis meses de relação jurídica de emprego e seis meses de serviço efetivo de funções docentes na instituição.

3 — No caso do docente que, no ciclo de avaliação anterior, tenha constituído relação jurídica de emprego público com o IPBeja há menos de seis meses, o desempenho relativo a este período é objeto de avaliação conjunta com o do ciclo de avaliação seguinte.

4 — Os docentes do IPB em exercício de funções em órgãos dirigentes do Instituto Politécnico de Beja e das suas unidades orgânicas, em exclusividade, bem assim como os pró-presidentes, e os que se encontrem em funções externas ao abrigo de requisição ou acordo especial de cedência podem requerer a avaliação do desempenho nos termos do presente Regulamento.

5 — Os docentes referidos no número anterior, que se manifestem pela opção aí referida, aplicar-se-ão as seguintes regras especiais:

6 — A dimensão organizacional será sempre avaliada pela percentagem correspondente ao valor da redução de carga letiva que lhes seja reconhecida;

7 — As demais dimensões serão avaliadas proporcionalmente, entre 0 e 40 % em qualquer uma delas, adequando os valores quantitativos definidos na tabela à proporção remanescente.

TÍTULO II**Avaliação****SECÇÃO I****Dos aspetos gerais da avaliação****Artigo 5.º****Periodicidade**

1 — A avaliação tem um caráter regular e realizar-se-á obrigatoriamente de três em três anos.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º-B do ECPDESP, referente a nomeação dos professores adjuntos por tempo indeterminado, e da alínea *b)* do n.º 3, da alínea *b)* do n.º 4, ambas do artigo 6.º, da alínea *b)* do n.º 6, da alínea *b)* do n.º 7 do artigo 7.º, todos do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, correspondente ao regime transitório de renovação de contratos, cada docente deve ser objeto de avaliação extraordinária, podendo-a também requerer para outros efeitos relevantes para a sua situação profissional, designadamente com vista a

progressão remuneratória, apresentação a concurso ou a transição para outra instituição ou organismo, exceto se tiver sido avaliado há menos de um ano, caso em que, para os efeitos mencionados, releva a última classificação obtida.

3 — A classificação anual de cada um dos anos avaliados, é aquela que resulta do ciclo de avaliação.

4 — Na avaliação da dimensão pedagógica do desempenho, os resultados de cada ano letivo serão integralmente considerados na avaliação do ano civil em que o respetivo ano letivo se conclua.

Artigo 6.º

Objeto da avaliação

1 — Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do ECDESP, e para além do mencionado no n.º 2 daquele artigo, devem constituir objeto de avaliação todas as atividades previstas no artigo 2.º-A do referido Estatuto.

2 — As atividades a que se refere o número anterior, são agrupadas em 3 dimensões: Técnico-Científica, Pedagógica e Organizacional.

3 — Cada uma das dimensões previstas no n.º 2 do presente artigo é ponderada da seguinte forma:

- a) Dimensão Técnico-Científica: 30 %;
- b) Dimensão Pedagógica: 50 %;
- c) Dimensão Organizacional: 20 %.

4 — O conjunto de atividades a avaliar em cada dimensão e respetivas ponderações, são as que constam do Anexo II ao presente Regulamento.

5 — Serão tidos em consideração os processos de avaliação conducentes à obtenção pelos docentes de graus e títulos académicos bem como os relatórios produzidos no período em apreciação no cumprimento do estatuto da carreira e a sua avaliação.

6 — A experiência profissional obtida fora do meio académico, deve ser valorizada, exclusivamente para os docentes que se encontrarem em regime de tempo integral sem exclusividade ou para os detentores do título de Especialista, obtido nos termos do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto e das normas regulamentares aplicáveis.

7 — Com vista à obtenção de um grau académico ou para realização de projetos de investigação ou outra atividade relevante e condicionado à apresentação do projeto académico individual, um docente pode ser dispensado de ser avaliado numa das componentes referidas no n.º 3, ou em algumas das atividades tipificadas no âmbito destas, sendo que neste caso as ponderações correspondentes às componentes não avaliadas serão redistribuídas proporcionalmente pelas restantes componentes de avaliação e respetivos subitens.

8 — A dispensa a que se refere o número anterior, carece de requerimento fundamentado a apresentar pelo docente, cabendo a decisão final ao Presidente do IPBeja, mediante pareceres do Conselho Técnico-Científico e Conselho Pedagógico.

9 — Em situações excecionais, como licenças por doença, parentalidade e outras de igual natureza e ponderabilidade, com duração igual ou superior a 6 meses, serão atribuídos 0,5 pontos por cada semestre completo, não contando eventuais atividades desenvolvidas neste período para efeitos de avaliação do desempenho no triénio.

10 — Para ter em conta, entre outros aspetos, a especificidade das áreas científicas, de acordo com o disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 35.º-A do ECDESP, e a valorização de objetivos individuais, as ponderações mencionadas no n.º 3, podem ser diferenciadas para cada docente, mediante requerimento individual, instruído com o parecer favorável do Diretor do Departamento competente, dirigido ao Presidente do Instituto até 31 de Janeiro do último ano do triénio correspondente a cada período de avaliação.

11 — A diferenciação a que se refere o número anterior, deve contudo ser efetuada respeitando os seguintes limites:

- a) Dimensão Técnico-Científica: 25 % a 40 %;
- b) Dimensão Pedagógica: 40 % a 65 %;
- c) Dimensão Organizacional: 10 % a 25 %.

12 — Nestes casos, as ponderações dos subitens serão revalorizadas proporcionalmente.

13 — Quando circunstâncias excecionais o justifiquem, a pedido do docente a efetuar até ao período limite de metade do período de avaliação, e ouvidos o Conselho Técnico-Científico e o Conselho Pedagógico, poderá o Presidente do IPBeja autorizar a alteração das ponderações a que se referem os números 3 e 12 do presente artigo.

Artigo 7.º

Efeitos

1 — Nos termos do ECPDESP, a avaliação do desempenho releva para a:

- a) Contratação por tempo indeterminado dos professores adjuntos;
- b) Renovação dos contratos a termo certo dos docentes não integrados na carreira.

2 — A avaliação do desempenho tem ainda efeitos na alteração de posicionamento remuneratório na categoria do docente, nos termos previstos no artigo 35.º-C do ECPDESP.

3 — Salvo os casos previstos expressamente na lei, a alteração de posicionamento remuneratório depende sempre da avaliação prévia de desempenho.

Artigo 8.º

Exercício de funções dirigentes

1 — O exercício de funções em órgãos dirigentes do Instituto Politécnico de Beja e das suas unidades orgânicas é sempre considerado para efeitos de avaliação de desempenho.

2 — Sempre que se verifique o cumprimento dos objetivos, aferidos quando aplicável, pelo Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), aos dirigentes do IPBeja e das suas Unidades Orgânicas em regime de comissão extraordinária de serviço e em regime de exclusividade, serão atribuídos 0,25 pontos por cada mês completo de exercício de funções.

3 — Em caso de incumprimento dos objetivos, compete ao Conselho Geral do IPBeja decidir da classificação dos elementos que integram a presidência.

4 — No caso referido no número anterior, a avaliação dos demais dirigentes compete à Presidência do Instituto.

5 — O disposto nos números anteriores pode ser aplicável, a pedido do interessado, a outros docentes que, embora não desempenhando funções dirigentes, tenham sido nomeados ou destacados, internamente, para o exercício de outras funções total ou parcialmente incompatíveis com a atividade docente regular.

6 — Quando o interessado não exerça a faculdade atribuída pelo número anterior, aplicar-se-ão as regras gerais previstas no presente Regulamento.

7 — Compete ao Presidente do IPBeja a decisão prevista no número anterior, mediante requerimento fundamentado do docente.

SECÇÃO II

Do procedimento de avaliação

Artigo 9.º

Procedimento

1 — O processo de avaliação é realizado pelo Conselho Técnico-Científico, nos termos dos números seguintes, sendo supervisionado e coordenado, nos termos da Lei e dos Estatutos do IPBeja, pelo Conselho para Avaliação e Qualidade do IPBeja, adiante e abreviadamente designado por CAQ.

2 — O Conselho Técnico-Científico criará uma Comissão de Análise da Avaliação do Pessoal Docente, adiante e abreviadamente designada por CAAPD, sendo composta, preferencialmente, por um máximo de trinta e dois, no mínimo dois por cada um dos Departamentos do Instituto, adiante e abreviadamente também designados por Relatores, podendo ser, alguns deles, docentes de outras instituições de ensino superior ou outros peritos externos.

3 — A nomeação dos relatores dos docentes que integram o CAAPD é proposta e definida pelo Conselho Técnico-Científico e depois homologada pelo Presidente do IPBeja.

4 — A distribuição dos relatórios é efetuada pelo CAQ, aos elementos que integram a CAAPD, obedecendo aos seguintes princípios orientadores:

- a) Cada relator deverá ter um grau académico e categoria igual ou superior ao(s) seu(s) avaliado(s);
- b) Pelo menos um dos relatores deverá pertencer à área científica do avaliado ou área afim;
- c) A distribuição dos processos por entre os relatores deve ser o mais uniforme possível.

5 — Conhecida a nomeação dos relatores, os docentes têm um prazo de 10 dias para apresentarem reclamações fundamentadas sobre a mesma junto do Presidente do IPBeja, nomeadamente quanto a eventuais impedimentos por suspeita de falta de isenção.

6 — Compete ao Presidente do IPBeja estabelecer a calendarização do processo.

7 — Para efeitos de apreciação dos Recursos enviados para o Presidente, será criada uma Comissão Paritária, que integrará 8 elementos, sendo 4 eleitos de entre os docentes e os restantes 4 nomeados pelo Conselho Técnico-Científico.

Artigo 10.º

Metodologia

1 — O procedimento inicia-se com a entrega do Relatório de Atividades ao CAQ, de acordo com o calendário previamente fixado pelo Presidente do Instituto Politécnico de Beja, o qual deverá ter o parecer favorável do Diretor de Departamento.

2 — O CAQ efetuará a distribuição dos relatórios pelos relatores da CAAPD, aos quais compete, com base nos elementos disponíveis no Relatório de Atividades e noutros elementos que se revelem necessários, preencher a Ficha de Avaliação do Docente, atribuindo a respetiva classificação a cada um dos itens que a constituem.

3 — Nos termos da alínea m), do n.º 2, do artigo 35.º-A do ECPDESP, efetuada a análise, os relatores facultarão ao docente avaliado o projeto de Ficha de Avaliação com a classificação discriminada, para efeitos de audiência prévia.

4 — Com base no resultado da audiência prévia, os relatores poderão manter ou alterar a classificação provisória.

5 — Concluída a fase de audiência prévia dos interessados, e com base nos resultados de cada Ficha de Avaliação, o CAQ elaborará uma listagem provisória das classificações obtidas por cada docente e notificará individualmente e por escrito, os docentes da respetiva classificação individual atribuída pelos relatores.

6 — Da classificação provisória cabe reclamação para o CAQ, a apresentar no prazo máximo de 10 dias, o qual deverá nomear dois relatores diferentes para apreciação da reclamação.

7 — Após reapreciação do processo será dado conhecimento da decisão final ao CAQ que notificará o(s) avaliado(s). Verificando-se diferenças pontuais na classificação provisória, na sequência da reclamação, vigorará a maior delas.

8 — As reclamações baseadas em eventuais impedimentos que não tenham sido suscitadas nos termos do n.º 5 do artigo 9.º serão liminarmente indeferidas.

9 — Após esta fase, será remetida cópia do projeto de avaliação ao avaliado para que este, no prazo de dez dias úteis contados dessa notificação, querendo, peticione a intervenção da Comissão Paritária.

10 — No termo do prazo concedido para intervenção da Comissão Paritária, esta dará conhecimento dos resultados ao CAQ, que remeterá a listagem de classificações ao Conselho Técnico-Científico, para efeitos de validação.

11 — Após a sua validação ou na impossibilidade dessa decisão pelo Conselho Técnico Científico ou de ausência de fundamentação nos casos de não validação, a proposta será remetida ao Presidente para efeitos de eventual decisão e homologação.

12 — Do ato de homologação da listagem final e da decisão sobre reclamação relativa à homologação do ato, cabe impugnação judicial, nos termos gerais.

Artigo 11.º

Cooperação

1 — Os Relatores, em caso de dúvida ou insuficiência das informações prestadas através do Relatório de Atividades, têm competência para solicitar, em qualquer momento, aos órgãos executivo, científico e pedagógico, ou ao docente avaliado, os elementos necessários para proceder à avaliação final, devendo essa solicitação ser feita por escrito e com indicação de prazo, o qual não poderá ser inferior a 10 dias úteis.

2 — No caso de não serem facultados esses elementos, os Relatores, para além de informarem o docente em causa, decidirão com os elementos disponíveis, podendo recorrer, se assim o entenderem, aos meios competentes para os obter.

Artigo 12.º

Classificação

1 — A classificação final da avaliação de desempenho tem por base a percentagem global estabelecida através da grelha de critérios aprovada, sendo expressa em quatro classes de acordo com a seguinte correspondência:

- Excelente, percentagem igual ou superior a 90 %;
- Muito Bom, percentagem entre 65 % e 90 % exclusive;
- Bom, percentagem entre 40 % e 65 % exclusive;
- Inadequado, percentagem inferior a 40 %.

2 — A avaliação de desempenho negativa, para efeitos do disposto no ECPDESP, é a expressa pela classificação “Inadequado”.

Artigo 13.º

Alteração de posicionamento remuneratório

1 — Para efeitos de posicionamento remuneratório considera-se que o docente muda de posição quando acumula 10 pontos.

2 — Nos termos do n.º 4 do artigo 35.º-C do ECPDESP, é obrigatória a alteração do posicionamento remuneratório sempre que um docente, no processo de avaliação de desempenho, tenha obtido, durante um período de seis anos consecutivos, a menção máxima.

3 — Para efeitos previstos no presente artigo, às classificações mencionadas é atribuída a seguinte pontuação:

- Excelente: corresponde a uma atribuição de 9 pontos no final do triénio, valendo anualmente 3 pontos;
- Muito Bom: corresponde a uma atribuição de 6 pontos no final do triénio, valendo anualmente 2 pontos;
- Bom: corresponde a uma atribuição de 3 pontos no final do triénio, valendo anualmente 1 ponto;
- Inadequado: corresponde a uma atribuição de 0 pontos no final do triénio,
- Caso se verifique uma classificação de inadequado no triénio em análise, poderá o docente, caso o pretenda, solicitar ao presidente, uma avaliação ano a ano do período em avaliação.

4 — A alteração do posicionamento remuneratório tem efeitos retroativos ao 1.º dia do ano seguinte ao qual foi alcançada a pontuação mínima necessária, nos termos dos números anteriores.

5 — Sempre que por aplicação do disposto no artigo 35.º do ECPDESP não for possível proceder à alteração do posicionamento remuneratório, os docentes serão seriados de acordo com os pontos obtidos desde a última alteração de posicionamento remuneratório, subindo de escalão, no dia 1 de janeiro de cada ano, os primeiros dessa lista, até que se esgote a verba disponível para o efeito em cada ano.

6 — No ano civil imediato ao da ocorrência de alteração do posicionamento remuneratório, e independentemente do valor total acumulado de pontos obtidos no ano em que ocorra essa mudança, e sem aproveitamento de pontos sobranes, iniciar-se-á novo cômputo de pontos.

TÍTULO III

Disposições finais

SECÇÃO ÚNICA

Disposições finais

Artigo 14.º

Interpretação e integração de lacunas

Compete ao Presidente do Instituto Politécnico de Beja interpretar o presente Regulamento e integrar as suas lacunas, ouvido o CAQ.

Artigo 15.º

Alterações

1 — O presente Regulamento pode ser alterado pelo Presidente do Instituto, ouvido o Conselho para a Avaliação e Qualidade e as associações sindicais.

2 — No final do primeiro período de avaliação (2013), o CTC efetuará uma avaliação do sistema de avaliação regulado pelo presente regulamento tendo em vista aferir a sua adequabilidade e propondo os ajustamentos que se revelarem necessários e adequados.

3 — O Regulamento, com as alterações inscritas no lugar próprio, é objeto de nova publicação.

Artigo 16.º

Entrada em vigor e publicação

1 — O sistema de avaliação previsto no presente regulamento aplica-se a partir do dia 1 de janeiro de 2014.

2 — A progressão no posicionamento remuneratório após a avaliação relativa a cada triénio produz efeitos a 1 de janeiro do ano seguinte ao triénio em avaliação sendo condicionada cumulativamente, às seguintes condições:

- Ter reunido uma pontuação mínima de 10 pontos;

b) Ter completado, no mínimo, 3 anos num dado escalão da categoria em que se encontra, contados à data de 31 de dezembro do triénio em avaliação.

3 — O disposto nas alíneas a) e b) do número anterior aplica-se igualmente sempre que se verifiquem alterações do posicionamento remuneratório que não sejam consequência da avaliação do desempenho.

4 — Os docentes que, tendo obtido uma pontuação igual ou superior a 10 pontos, não preencherem a condição a que se refere a alínea b) do n.º 6, transitarão de posicionamento remuneratório no 1.º dia do ano civil seguinte àquele em que completarem os 3 anos no escalão atual.

5 — O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial, o *Diário da República*.

6 — O Regulamento é ainda publicitado no sítio da internet do Instituto Politécnico de Beja.

ANEXO II

Avaliação do pessoal docente**Grelha de atividades a avaliar e respetivas ponderações**

Nome: ...

Ponderação:

Científica = 0,3;

Pedagógica = 0,5;

Organizacional = 0,2

Área	Pond. 1	Subárea	Pond. 2	Atividades a avaliar	Pontuação		Pontuação máxima	Número de elementos	Pontos por elemento	Pontos por subárea	Pontos por área
					Pontos	Unidade					
Científica ...	30 %	Formação Académica/ Profissional (graus e provas).	10 %							0	0
		Experiência Profissional (¹).		Experiência profissional em atividade fora do meio académico, nos últimos 3 anos.	2,5	Por ano completo.	7,5		0	0	
		Artigos com fator de impacto.	2 %	Bonificação pela publicação de artigos em revistas com fator de impacto.	2	Global ...	2		0	0	0
		Resultados da Atividade de Investigação.	18 %	Participação em congresso de investigação nacional com apresentação de comunicação.	1	Por apresentação	7,5		0	0	0
	Participação em congresso de investigação internacional com apresentação de comunicação.			1,5	Por apresentação						
	Publicação de artigos em revista nacional de circulação nacional, atas de congresso nacional, autor de capítulo em obra nacional ou relatório científico para instituição nacional.			2,5	Por artigo ...	17,5		0			
	Publicação de artigos em revista de circulação internacional, atas de congressos internacionais, autor de capítulo em obra internacional ou relatório científico para instituição internacional.			3	Por artigo ...						
	Revisão de artigos científicos.			1	Por artigo ...	4		0			
	Editor ou coeditora de obra multiautor.			2	Por obra ...	4		0			
	Autor ou coautor de obra completa, tradução de livros.			3	Por obra ...	6		0			
Posters em eventos científicos ou académicos.	0,5			Por apresentação	1,5		0				
Membro de comissões científicas de congressos/seminários.	0,5	Por participação	1,5		0						

Área	Pond. 1	Subárea	Pond. 2	Atividades a avaliar	Pontuação		Pontuação máxima	Número de elementos	Pontos por elemento	Pontos por subárea	Pontos por área	
					Pontos	Unidade						
		Orientação e arbitragem (júri) de trabalhos de investigação. Desenvolvimento de trabalhos de investigação. Prémios e patentes.		Coorientação de Dissertação/Relatório de Mestrado.	1,5	Por orientação	12		0	0		
			Orientação de Dissertação/Relatório de Mestrado.	2	Por orientação							
			Coorientação de Tese de Doutoramento.	3	Por orientação	12			0			
			Orientação de Tese de Doutoramento.	4	Por orientação							
			Júri de avaliação em relatório de estágio curricular.	0,4	Por participação	2			0			
			Júri de Dissertação/Relatório de Mestrado	1	Por participação	6			0			
			Júri de Tese de Doutoramento.	1,5	Por participação	4,5			0			
			Júri de outras provas académicas de concursos de pessoal docente politécnico ou universitário.	1	Por participação	3			0			
			Avaliador de projetos de investigação.	1,5	Por projeto . . .	3			0			
			Responsável de projeto com financiamento interno.	2	Por projeto . . .	15			0			
			Colaborador de projeto com financiamento interno.	1	Por projeto . . .							
			Responsável de projeto com financiamento externo.	3	Por projeto . . .							
			Colaborador de projeto com financiamento externo.	1,5	Por projeto . . .							
			Autor ou coautor de exposições artísticas ou científicas, encenações de peças teatrais ou musicais no exterior.	1,5	Por atividade		3				0	
			Prémio ou distinção nacional.	1,5	Por prémio . . .	6			0			
			Prémio ou distinção internacional.	3	Por prémio . . .							
		Patentes registadas	2,5	Patente	2,5			0				
Subtotal 1	—		30 %						0	—		
Pedagógica . . .	50 %	Experiência e Dedicção à Docência.	20 %	Experiência profissional no ensino superior politécnico ou universitário.	0,5	Por ano	10		0	0	0	
				Média anual de horas letivas < 300 hrs.	8	Horas/ano . . .	8					0
				Média anual de horas letivas entre as 300 hrs. e as 360 hrs.	10	Horas/ano . . .	10					0
				Média anual de horas letivas > 360 hrs.	12	Horas/ano . . .	12					0

Área	Pond. 1	Subárea	Pond. 2	Atividades a avaliar	Pontuação		Pontuação máxima	Número de elementos	Pontos por elemento	Pontos por subárea	Pontos por área
					Pontos	Unidade					
				Número médio de unidades curriculares lecionadas.	0,5	Por ano	3		0		
				Lecionação de aulas em língua estrangeira.	0,5	Por turma . . .	3		0		
		Elaboração de Material Didático.	10 %	Livros de texto de apoio à docência ou antologias comentadas.	2,5	Por livro/antologia.	10		0	0	
				Elaboração de apontamentos impressos, cadernos de exercícios, <i>software</i> , manual de práticas de laboratório, produção de materiais a utilizar na plataforma <i>Moodle</i> , etc.	2,5	Por trabalho . . .					
				Cursos e/ou diplomas de atualização pedagógica ou profissional.	1	Por cada 4 horas de duração.	9		0		
				Aquisição de competências em línguas estrangeiras.	3	Por curso de duração > 40 h.	6		0		
		Participação em atividades académicas.	15 %	Elaboração de programas de diferentes unidades curriculares.	0,75	Por Unidade Curricular.	3		0	0	
				Participação em grupos ou comissões académicas: avaliação institucional, avaliação de cursos, comissões p/criação de cursos.	1,5	Por comissão/grupo.	4,5		0		
				Participação em atividades conducentes à avaliação do curso/unidades curriculares.	1	Por atividade	3		0		
				Orientação e acompanhamento de alunos em estágios/ensinos clínicos.	0,5	Pontos por aluno	5		0		
				Participação em programa de mobilidade: estadias docentes e de investigação.	1,5	Por semana	1,5		0		
				Participação em grupos de trabalho ou comissões académicas nomeados por órgãos estatutários.	1,5	Por comissão/grupo.	4,5		0		
				Lecionação de seminários, cursos de formação extracurriculares.		Seminários, cursos de formação com uma duração inferior a 12,5 horas.	1	Por ação	5		0
						Seminários, cursos de formação com uma duração entre 12,5 e 25 horas.	1,25	Por ação	3,75		0
						Seminários, cursos de formação com uma duração ≥ 25 horas.	1,5	Por ação	4,5		0

Área	Pond. 1	Subárea	Pond. 2	Atividades a avaliar	Pontuação		Pontuação máxima	Número de elementos	Pontos por elemento	Pontos por subárea	Pontos por área
					Pontos	Unidade					
		Qualidade do Ensino Ministrado nas Unidades Curriculares.	5 %	Resultados da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes pelos alunos, levada a cabo pelo conselho pedagógico, nos termos da lei.	1	Unidades curriculares.	5		0	0	
Subtotal 2 ...	–		50 %							0	–
Organizacional	20 %	Realização de estudos no IPBeja ou prestação de serviços ao exterior, estudos/Projetos ou pareceres elaborados.	20 %	Estudos/trabalhos considerados de relevância institucional.	0,5	Por atividade	2,5		0	0	0
				Trabalhos/projetos com impacto na comunidade.	0,5	Por atividade	5				
				Responsável por serviços prestados ao exterior, estudos, projetos ou pareceres elaborados.	1	Por atividade	5		0		
				Corresponsável por serviços prestados ao exterior, estudos, projetos ou pareceres elaborados.	0,5	Por atividade	5		0		
		Participação em Órgãos Colegiais e Responsabilidade académica.		Presidente de órgãos estatutários (CTC, CP, CG, CAQ).	3	Por ano completo.	9		0		
				Secretário de órgãos estatutários (CTC, CP, CAQ).	2	Por ano completo.	6		0		
				Membro de órgãos estatutários (CTC, CP, CG, CAQ, CTCP do Curso).	1	Por ano completo.	3		0		
				Diretor de Departamento	3	Por ano completo.	9		0		
				Coordenador de curso . . .	3	Por ano completo.	9		0		
				Responsável por unidade/serviços.	1,5	Por ano completo.	4,5		0		
				Membro de júris de seriação (ex. mestrado, concursos especiais, concursos > 23 anos, CET's).	1	Por participação	3		0		
				Participação em outros júris (ex. recrutamento pessoal não docente, aquisição bens e serviços e empreitadas, etc.).	0,5	Por participação	1		0		
				Responsável/Corresponsável dos programas de mobilidade do IPBeja.	1,5	Por ano completo.	4,5		0		
				Acompanhamento Tutorial estudantes ERASMUS ou estudante internacional.	0,5	Por aluno . . .	3		0		
				Representante para a mobilidade do curso.	1	Por ano completo.	3		0		

Área	Pond. 1	Subárea	Pond. 2	Atividades a avaliar	Pontuação		Pontuação máxima	Número de elementos	Pontos por elemento	Pontos por subárea	Pontos por área
					Pontos	Unidade					
				Relatores no processo de avaliação do desempenho do pessoal docente ou coordenador funcional no âmbito do SIADAP 3.	0,5	Por avaliado...	3		0		
		Organização de eventos académicos.		Atividades de promoção/divulgação dos cursos e atividades.	1	Por evento...	6		0		
				Membro da comissão organizadora de congressos, seminários, jornadas, exposições ou ações formativas.	2	Por evento...	6		0		
Subtotal 3...	—		20 %							0	—
Total	100 %		100 %							0	0

Tomei conhecimento

Concordo

O Docente

O Docente

19 de maio de 2015. — O Presidente do Instituto Politécnico de Beja, *Vito José de Jesus Carioca*.

208652407

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA**Despacho (extrato) n.º 5997/2015**

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 29.09.2014, foram autorizadas as renovações dos contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, com a categoria de Assistente Convidado para o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, auferindo o vencimento correspondente ao índice 100, escalão 1 da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico, em regime de tempo parcial a 50 %, pelo período de 01.10.2015 a 30.09.2015, dos seguintes docentes:

João Pedro Miranda e Silva Miguel
 Maria Celeste de Freitas Morgado Canas Filipe
 Maria Helena Bruto da Costa
 Natacha Vanessa de Albuquerque Cardoso e Ornelas
 Natércia Maria Baptista Reigada

19.05.2015. — O Administrador, *Lic. António José Carvalho Marques*.

208664128

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**Escola Superior de Educação****Despacho (extrato) n.º 5998/2015**

Por deliberação do Conselho Técnico-Científico da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto de 16 de outubro de 2014,

foi aprovado o fim do período experimental na categoria de Professor-Adjunto — Hugo Filipe Carvalho Teixeira Monteiro — nos termos da lei, transitando assim o docente para o regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1 índice 185 da tabela do pessoal docente do ensino Superior Politécnico, com efeitos a 14 de maio de 2015.

12 de maio de 2015. — O Presidente, *Paulo Pereira*.

208667896

Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão**Despacho (extrato) n.º 5999/2015**

Por despacho da Vice-Presidente da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, de 13 de maio de 2015, no uso da competência delegada por Despacho n.º 1931/2014, publicado no *Diário da República* n.º 26, 2.ª série, de 6 de fevereiro de 2014, e precedido de aprovação, por unanimidade, na reunião do Conselho Técnico Científico de 4 de novembro de 2014, foi autorizada a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, da docente Fernanda Amélia Fernandes Ferreira, na categoria de Professor Adjunto, com efeitos a 14 de maio de 2015, nos termos do artigo 10.º-B do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 7/2010 de 13 de maio.

13 de maio de 2015. — A Vice-Presidente da ESEIG, *Dr.ª Ana Cláudia Moreira Rodrigues*.

208669612